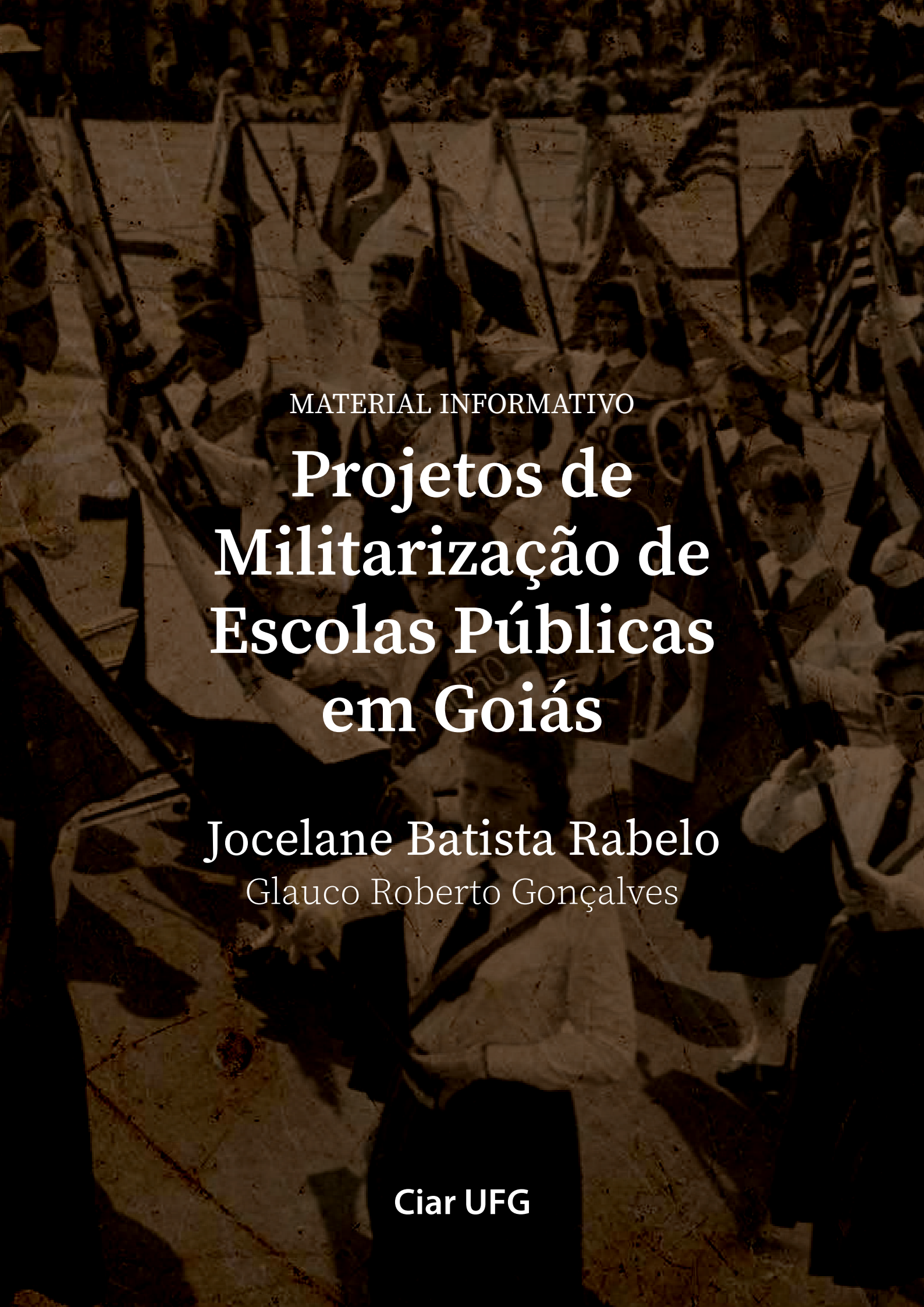




MATERIAL INFORMATIVO

Projetos de Militarização de Escolas Públicas em Goiás

Jocelane Batista Rabelo

Glauco Roberto Gonçalves

Ciar UFG

MATERIAL INFORMATIVO

Projetos de Militarização de Escolas Públicas em Goiás

Jocelane Batista Rabelo

Glauco Roberto Gonçalves

Ciar UFG

Goiânia

2024



Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel Freitas Carvalho

Pró-reitor de Pós-Graduação

Felipe Terra Martins

Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica • PPGEEB

Coordenador

Glauco Roberto Gonçalves

Vice Diretor

Evandson Paiva Ferreira

Centro Integrado e Aprendizagem em Rede • CIAR

Direção

Wagner Bandeira

Vice-Direção

Silvia Figueiredo

Coordenação Pedagógica e Gestão Moodle

Janice Lopes

Coordenação Tecnológica

Amilton Araújo

Coordenação de Comunicação

Raniê Solarevisky de Jesus

Coordenação de Projetos Educacionais

Ana Bandeira

Coordenação de Inovação e Interface

Victor Hugo César Godoi

Direção de Arte

Renato Galhardo

Identidade Visual e Desenvolvimento

Valéria Lima dos Santos Evangelista

Victor Hugo César Godoi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) GPT/BC/UFG

R114 Rabelo, Jocelane Batista.
Projetos de militarização de escolas públicas em Goiás
[Ebook]. / Jocelane Batista Rabelo. - Dados eletrônicos -
Goiânia : Ciar UFG, 2024.

Inclui referências.
ISBN (Ebook): 978-65-85278-65-2

1. Educação militar - Goiás (Estado). 2. Escolas - Organização e administração - Goiás (Estado). 3. Escolas - Aspectos militares - Goiás (Estado). I. Título.

CDU: 355.233.11(817.3)

Bibliotecário responsável: Enderson Medeiros / CRB1: 2276



[<< Voltar para capa](#)

Sumário

Resumo	02
Material Didático sobre Militarização dos Colégios Estaduais em Goiás	04
1. Apresentação	05
1.1 Introdução	06
1.2 O que é um CPMG	07
1.3 Surgimento do colégio militar em Goiás	08
1.4 Os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás	09
1.5 Diferenças entre CPMG e Colégios militares do Exército 19	10
1.6 Quem são os alunos dos colégios da Polícia Militar de Goiás	11
1.7 O ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás	12
1.8 As principais diferenças entre os CPMG e demais colégios estaduais de Goiás	13
1.9 O fardamento	14
1.10 A mensalidade	15
1.11 Semelhanças entre os CPMG e colégios estaduais comandados por professores	16
Referências	17

Resumo

p.02

RABELO, Jocelane Batista. **Material informativo:** projetos de militarização de escolas públicas em Goiás. 2023. 29 fls. Produto Educacional (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

Este produto educacional trata-se de um material didático e informativo sobre os projetos de militarizações de escolas públicas da rede estadual, na cidade de Goiânia, desenvolvido durante o Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do CEPAE/UFG, cuja dissertação é “Projetos de militarização de escolas públicas no estado de Goiás: um olhar sobre a cidade de Goiânia”. Numa militarização de qualquer escola pública, os mais afetados são os estudantes, visto que terão a rotina completamente alterada por novas regras, fardamento, contribuições, materiais, entre outras mudanças. Junto a eles, somam-se os professores e funcionários da instituição, que nem sempre são informados ou participam da militarização, tornando-se alienados nesse processo. Por isso, se faz necessário um material específico que dê conta de mostrar o trâmite da militarização, os responsáveis, as mudanças, aquilo que não pode ser modificado, entre outros, tanto para os estudantes, professores e responsáveis como a quem mais possa interessar. O número de escolas militares em Goiás é considerável e a militarização é algo recorrente na rede estadual de educação. A escola militarizada não é uma nova escola que foi construída, e sim uma escola com estudantes e servidores já existentes. O material resultante em produto foi dividido em itens objetivos, com uma linguagem clara. São eles: apresentação; introdução; o que é um CPMG; surgimento do colégio militar em Goiás; os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás; diferenças entre CPMGs e colégios militares do Exército; quem são os alunos dos Colégios da Polícia Militar de Goiás; o ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás; as principais diferenças entre os CPMGs e demais colégios estaduais de Goiás; o fardamento; a mensalidade; semelhanças entre os CPMGs e colégios estaduais comandados por

professores; e, por fim, referências. Jovens e até crianças possuem opiniões que devem ser levadas em conta quando o assunto é a própria vida escolar deles. Desse modo, esse material propicia o acesso a informações e formação dos posicionamentos e das opiniões, a partir do diálogo, dos estudos e das trocas..

Palavras-chave: Militarização. Escola pública. Formação.

RABELO, Jocelane Batista. Informative Material: militarization projects of public school in Goiás. 2023. 29 fls. Produto Educacional (Master Degree in Basic Education Teaching) – Postgraduate Program in Basic Education Teaching, Teaching and Research Applied in Education Center, Federal University of Goiás, Goiânia, GO, 2023.

ABSTRACT

This educational product is a didactic and informative material about the militarization projects of public schools of the state network, in the city of Goiânia, developed during the Professional Master's Degree in Teaching in Basic Education of the Stricto Sensu Graduate Program of CEPAE/UFG, whose dissertation is "Projects of militarization of public schools in the state of Goiás: a look at the city of Goiânia". In a militarization of any public school, the most affected are the students, since their routine will be completely altered by new rules, uniforms, contributions, materials, among other changes. Together with them, there are the professors and employees of the institution, who are not always informed or participate in the militarization, becoming alienated in this process. Therefore, it is necessary to have specific material capable of showing the process of militarization, those responsible, the changes, what cannot be changed, among others, both for students, teachers and guardians, as well as for anyone else who may be interested. The number of military schools in Goiás is considerable and militarization is something recurrent in the state education network. The militarized school is not a new school that was built, but a school with existing students and servants. The material resulting in a product was divided into objective items, with a clear language. They are: presentation; introduction; what is a CPMG; emergence of the military college in Goiás; the militarization projects of the state schools of Goiás; differences between CPMGs and Army military colleges; who are the students of the Colleges of the Military

Police of Goiás; admission to Military Police Colleges in Goiás; the main differences between CPMGs and other state schools in Goiás; the uniform; the monthly fee; similarities between CPMGs and teacher-led state colleges; and, finally, references. Young people and even children have opinions that must be taken into account when it comes to their own school life. In this way, this material provides access to information and formation of positions and opinions, based on dialogue, study and exchanges.

Palavras-chave: Militarização. Escola pública. Formação.

Material Didático sobre Militarização dos Colégios Estaduais em Goiás

O maior objetivo desta pesquisa é proporcionar à sociedade ferramentas teóricas e históricas para refletir sobre os possíveis interessados nessa parceria e nesse crescente número de escolas públicas se tornando militares, principalmente no estado de Goiás. Com base nas fontes e na reflexão promovida mediante o estudo da bibliografia, descobrem-se os motivos que levaram e levam à propagação de mais colégios militares, com a premissa de melhorarem a qualidade da educação e diminuir a violência nos bairros e dentro das escolas. Mas essas premissas se efetivam na prática até que ponto? Notamos uma autoafirmação dessas instituições como detentoras de um ensino diferenciado por meio de uma disciplina rigorosa que não necessariamente é a responsável pela garantia de uma educação de qualidade, democrática e livre da violência. Por isso, propomos uma formação com alunos e até mesmo com professores a partir de material didático específico para a educação básica, com linguagem apropriada a ser apresentada, aqui, como forma de levar aos estudantes e aos profissionais da educação ferramentas que lhes propiciem condições para que possam se posicionar a respeito da militarização das escolas públicas de Goiás.

Entendemos que, numa militarização de escolas públicas, os mais afetados são os estudantes, que pouco participam do processo. Neste trabalho apresentamos isso. Mostramos que os projetos de militarização surgem de políticos, que os apresentam à Assembleia Legislativa para aprovação, ou não. Ou seja, não surge na escola, não passa pela escola, tampouco pelos mais interessados, os alunos dessas instituições.

Assim, o material que apresentamos aqui trata-se de um material didático a ser aplicado nas escolas públicas de Goiás, tanto nas que já possuem projetos de militarização como naquelas que nunca os tiveram, mas, caso tenham num futuro, que os alunos possam

informações e formação suficiente para reivindicarem esse formato de escola, ou o contrário, para negarem a aplicação de tais projetos de militarização em suas unidades escolares.

Algo que ficou claro com a pesquisa é que os alunos não participam do processo de militarização de uma escola e, ao final, são os que estão na escola diariamente e têm suas rotinas alteradas.

Os jovens e até as crianças possuem opiniões que devem ser levadas em conta quando o assunto é a própria vida escolar deles, contudo, percebemos, muitas vezes, falta de informações ou mesmo informações incorretas, mentirosas e exageradas.

A educação precisa lidar com a informação correta, com fatos concretos e, além disso, considerar as individualidades de cada educando, de cada unidade escolar e de cada comunidade que atende.

A escola militarizada é um modelo de escola, tem suas características próprias, apresenta resultados positivos, mas também possui fragilidades, especialmente quando o tema é a inclusão social, tendo em vista que se trata de uma escola com custo ao aluno.

A escola militarizada é comandada por profissionais da segurança pública e não somente por professores, o que acarreta mudança também do ponto de vista de concepção, pois a formação inicial de um professor é diferente da de um policial. A forma de lidar com crianças e jovens de um professor sempre será diferente da de um policial.

Com isso, podemos afirmar que outros caminhos para o ensino público podem ser traçados que não seja a entrega da gestão das escolas para a polícia e, conseqüentemente, a perda de espaço e atuação social do professor. É preciso pensar em um projeto político pedagógico para cada unidade escolar, em que se considere o perfil do alunado, os problemas locais existentes e uma forma democrática e coletiva de solucioná-los; algo imposto sem qualquer consulta à comunidade, sem diálogo com o alunado, que chega de modo opressor a todos os envolvidos.

Cabe ao professor, junto com toda a comunidade escolar, decidir e até mesmo reverter determinado projeto na escola, se for ou não benéfico para ela. Daí a importância de se ter um material informativo sobre os projetos de militarização.

Como professores e alunos poderão se posicionar se não sabem o que muda com a militarização de uma escola? Se não possuem nem mesmo a noção de como um projeto assim surge?

Nas palavras de Paulo Freire (2017), “[s]er professor e não lutar é uma contradição pedagógica”. Cabe a esse sujeito, o educador contemporâneo, lutar e defender a educação que acredita e deseja para a escola pública e, ainda, instigar que seu aluno também o faça. No entanto, precedente a essa luta é preciso formação.

O material informativo divide-se em partes. São elas:

1. Apresentação
2. Introdução
3. O que é um CPMG
4. Surgimento do colégio militar em Goiás
5. Os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás
6. Diferenças entre CPMGs e colégios militares do Exército
7. Quem são os alunos dos Colégios da Polícia Militar de Goiás
8. O ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás
9. As principais diferenças entre os CPMGs e demais colégios estaduais de Goiás
10. O fardamento
11. A mensalidade
12. Semelhanças entre os CPMGs e colégios estaduais comandados por professores
13. Referências

A seguir, temos o conteúdo do material informativo voltado para alunos e professores da educação básica sobre a militarização de colégios estaduais em Goiás. Esse material dará origem a um e-book, a ser disponibilizado aos estudantes e profissionais da educação.

1. Apresentação

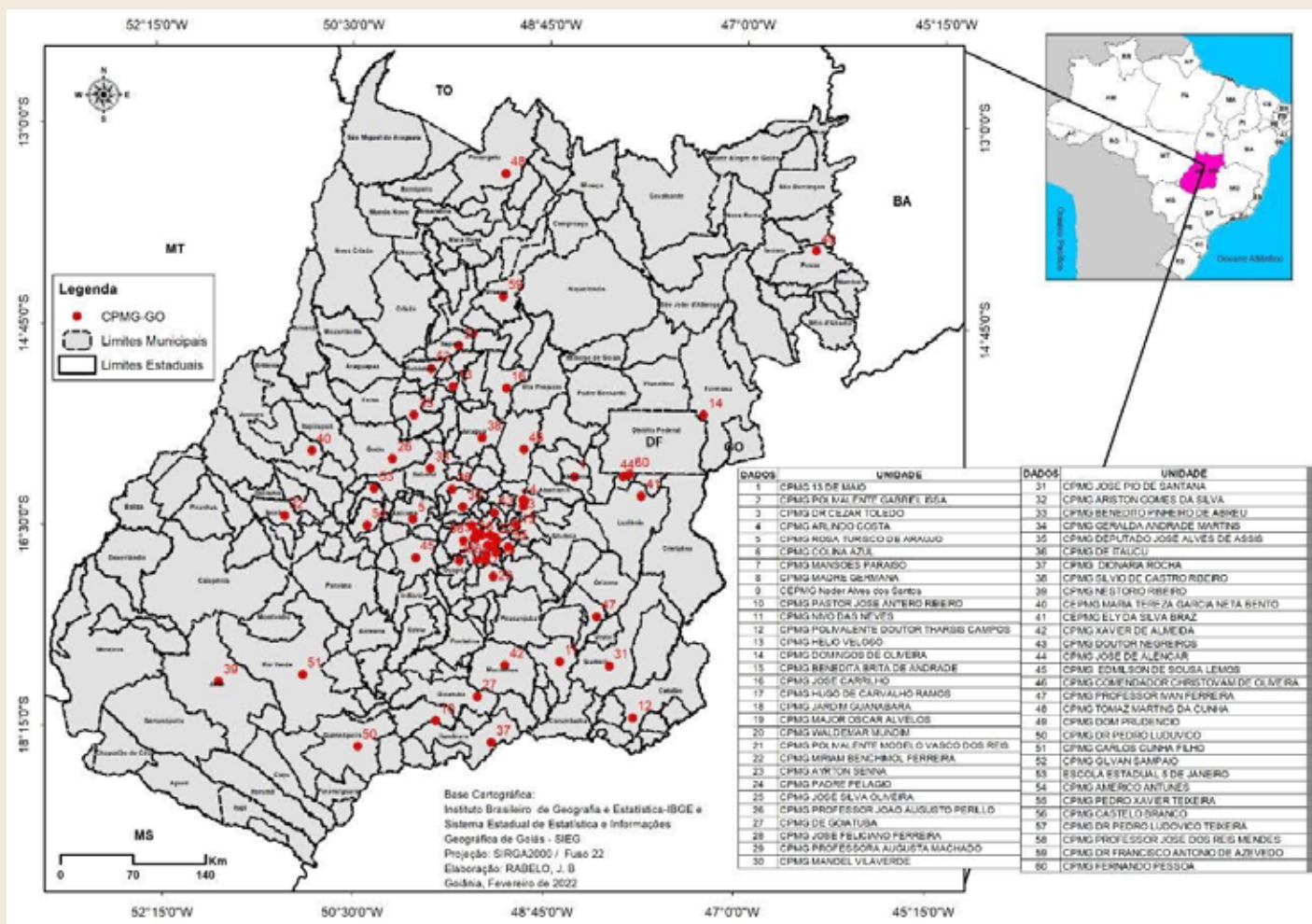
Este material surgiu como produto de uma pesquisa com projetos de militarização de colégios estaduais em Goiás. Como professora da rede pública há mais de dez anos e apaixonada pela educação básica, interessei-me em entender o processo de militarização das escolas públicas. Diversos questionamentos me instigavam cada vez mais a tentar entender como uma escola pública era militarizada e quais eram escolhidas para esse processo: por que as escolas são militarizadas? Há interesse da comunidade na implantação de uma escola militar? Como acontece? Como são escolhidas? Após algumas pesquisas, constatei haver projetos de militarização aprovados na Assembleia Legislativa de Goiás transformando a unidade escolar sob comando da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para uma unidade escolar militar sob o comando da Polícia Militar de Goiás. Diante da prévia investigação, o foco voltou-se a entender esses projetos e percebi que existem escolas com projetos em andamento, porém, sem a implantação efetiva da militarização.

A pesquisa iniciou-se a fim de entender como surgem os projetos de militarização, quem os produz e como é a realidade de uma escola com projeto em andamento. Durante seu desenvolvimento, busquei criar um material didático voltado aos alunos para que pudessem entender a militarização de uma escola, no caso, da sua escola. O material didático é este aqui. A vida do estudante é a que mais se transforma quando há a militarização de sua escola, tendo se percebido que são os que menos têm informações sobre o assunto. Se a escola em que estudam será transformada, desde a gestão, o regimento e até mesmo a rotina, precisam saber de fato sobre essa transformação. Nesse material apresenta-se, de forma objetiva, as escolas militarizadas já existentes no estado de Goiás, a definição do que é a escola militar existente em nossa rede estadual, como foi o surgimento da militarização da educação, as diferenças entre as escolas militarizadas pela Polícia e as escolas militares do Exército brasileiro, quem são os alunos das unidades militarizadas, como é o ingresso de estudantes e as principais diferenças entre as escolas comandadas pela Polícia Militar de Goiás e as escolas comandadas exclusivamente pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

1.1- Introdução

Em Goiânia e em todo o estado é comum nos depararmos com alunos vestindo fardas no caminho à escola. Dizemos comum porque temos um número significativo de escolas já militarizadas, um total de sessenta unidades em todo o estado.

Mapa 1 – Mapa das unidades militarizadas em Goiás



Fonte: Rabelo (2022).

É interessante observarmos o mapa de Goiás e a distribuição de colégios militarizados no estado. Temos um número grande de escolas que foram militarizadas, conforme já dito anteriormente, e temos curiosidades interessantes a saber: o município de Bom Jesus conta apenas com duas escolas estaduais, sendo uma delas uma unidade militarizada. Itauçu é

um município de Goiás com uma população com menos de 9 mil habitantes e a cidade possui três colégios estaduais, sendo um deles um colégio militar. Hidrolândia, Alexânia, Pires do Rio, Goiatuba, Nerópolis, Palmeiras de Goiás, Goianira, Sanclerlândia e Itapaci também são municípios com quatro ou cinco escolas estaduais e todos possuem pelo menos uma unidade de colégio militar. Goianira, com cinco escolas da rede estadual, possui dois colégios militares. Temos um total de 1.050 colégios estaduais no estado e, desses, 60 escolas estaduais já foram militarizadas e outras 39 estão em fase de implantação.

As escolas militarizadas tiveram, nos últimos anos, projetos aprovados em Assembleia Legislativa, porém, nem sempre a comunidade escolar, composta por alunos, professores e responsáveis, consegue as principais informações sobre a militarização de escolas. Com o objetivo de atender a essa demanda por informações sobre a militarização das escolas públicas, especialmente aos alunos, os principais interessados quando falamos em mudanças na escola, surge este trabalho. É um material resumido com o que você precisa saber sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás, o que muda e o que fica se sua escola passar pelo processo de militarização. As escolas militares em Goiás referem-se aos colégios transformados em Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG). Não há, no estado, nenhum colégio construído exclusivamente para ser militar, todos são colégios criados a partir de verba pública destinada à educação pública e se transformaram em escolas militares sob o comando da Polícia Militar do estado.

1.2- O que é um CPMG

Os Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG) foram criados pela Lei n.º 8.125, de 18 de julho de 1976. Apesar de existir a lei de criação, não são colégios criados, ou seja, construídos para serem militares desde seu início. São colégios que foram militarizados, isto é, pertenciam exclusivamente à Secretaria Estadual de Educação e, após aprovação em Assembleia Legislativa, tiveram sua gestão e comando passados para a Polícia Militar. São colégios que pertencem, então, à Secretaria Estadual de Educação, mas estão sob a gestão da Polícia Militar de Goiás.

1.3- Surgimento do colégio militar em Goiás

Os Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG) existem desde 1976, com a Lei n.º 8.125, de 18 de julho. Em 19 de novembro de 1998, a Portaria n.º 604 criou o primeiro Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CPMG), que começou a funcionar efetivamente no ano de 1999, no prédio da Academia da Polícia Militar, em Goiânia. Esse colégio foi o único criado exclusivamente para ser militar desde o início, com funcionamento em um prédio construído com recursos da Segurança Pública de Goiás, mas ele não existe mais.

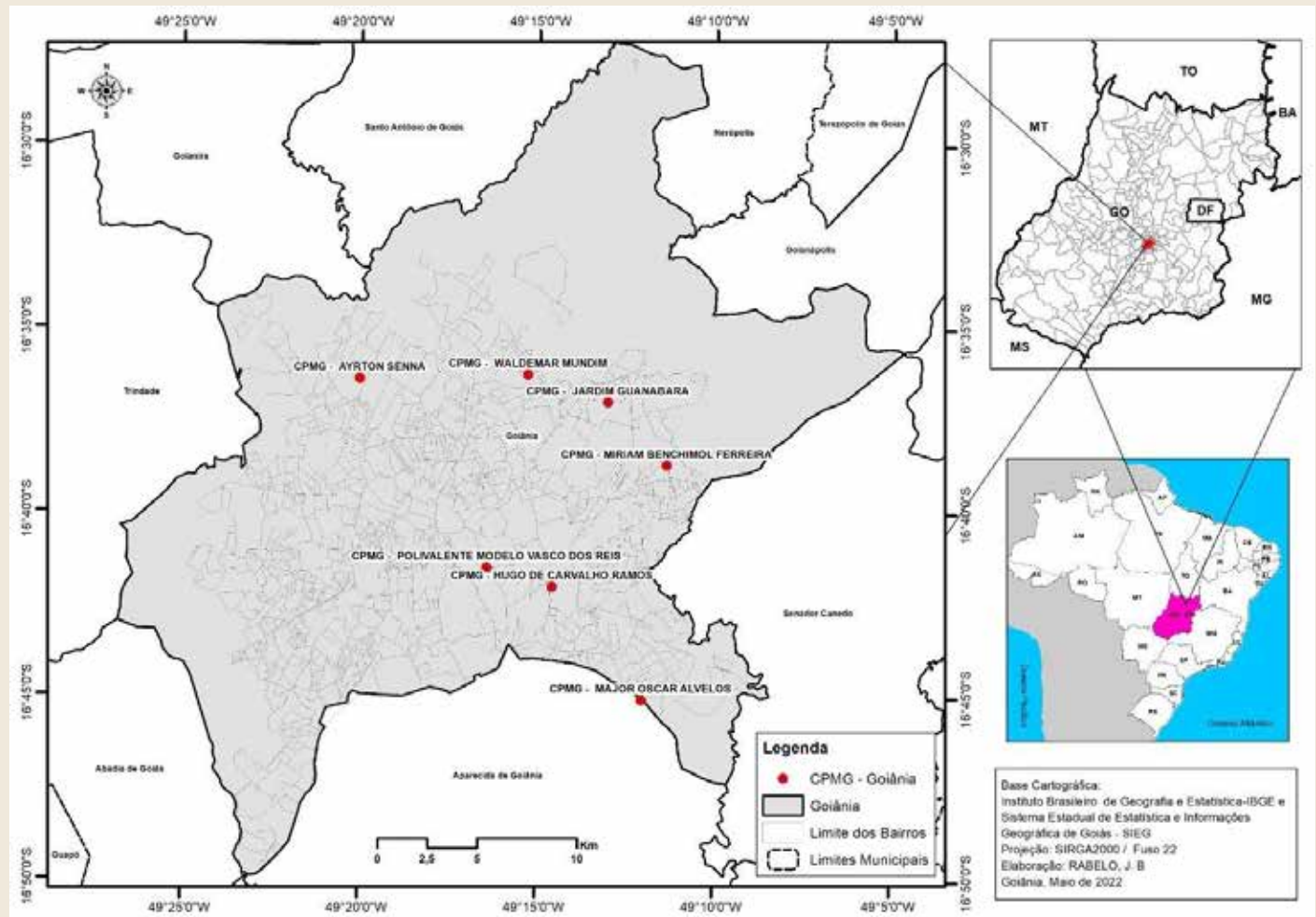
Inicialmente, foi nomeado como Colégio Militar Coronel Cícero Bueno Brandão, para atender a mais de 400 alunos. Após seis meses, passou a funcionar junto às instalações do Colégio Estadual Vasco dos Reis, no setor Sul da cidade de Goiânia. Em 2000, se tornou CMPG Vasco dos Reis, incorporando os alunos da unidade do Colégio Estadual Vasco dos Reis. Passados sete anos, em 2007, outra unidade dos CEPMG foi criada, no Setor Oeste da capital goiana, o CPMG Polivalente Modelo Vasco dos Reis.

O CPMG Polivalente Modelo Vasco dos Reis foi resultado da junção dos colégios estaduais Vasco dos Reis e do Colégio Estadual Polivalente Modelo de Goiânia. A partir de então, vários colégios foram militarizados a partir de projetos de militarização apresentados e aprovados na Assembleia Legislativa de Goiás, até chegarmos aos números atuais.

Percebemos, assim, um importante fato: o único colégio efetivamente criado para ser militar não existe mais. Hoje, todas as instituições escolares que estão sob o comando da Polícia Militar foram militarizadas, ou seja, existiam sob o comando da Secretaria Estadual de Educação e tiveram a gestão transferida à Polícia Militar do estado. O primeiro colégio militar do estado sob o comando da Polícia Militar surgiu em Goiânia e, em 2022, a capital

possui 7 unidades já militarizadas, conforme mapa a seguir, e ainda possui outras duas unidades em fase de implantação, localizadas na região leste da capital, que já tem duas escolas estaduais militarizadas.

Mapa 2 – Colégios militarizados em Goiânia



1.4- Os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás

Os colégios chamados de militares em Goiás são, na verdade, colégios militarizados comandados pela Polícia Militar e, portanto, poderíamos até chamá-los de colégios policializados. Surgem a partir de projetos de militarização sem qualquer relação direta com a escola, como projetos de lei de deputados apresentados em Assembleia Legislativa, com caráter eleitoreiro objetivando angariar votos da comunidade escolar que recebe a militarização. Nem todos os colégios com projetos de militarização avançam e efetivamente têm suas gestões transferidas à Polícia Militar. Esse é um ponto para se refletir pela expectativa gerada na comunidade. Existem colégios com projetos de militarização arquivados devido a parecer da Secretaria de Segurança Pública falando de sua falta de pessoal.

Segue transcrição de despacho da Assembleia Legislativa sobre o veto de militarização, disponível no portal da Assembleia do Estado de Goiás.

O veto parcial, protocolado com o número 110/18, recai sobre os artigos 2º e 3º que versam sobre a transformação de unidades (escolares), sendo elas:

- Colégio Estadual Guaciara Augusta da Silva, situado na Rua São Paulo, Jardim Novo Mundo, no município de Barro Alto;*
- Colégio Estadual do Setor Palmito, situado na Av. Cristovão Colombo, Jardim Novo Mundo, município de Goiânia.*

"Informamos que atualmente contamos com 42 unidades do CEPMG em funcionamento. Outrossim, a manifestação deste Comando acerca da viabilidade técnica e operacional para instalação de novas unidades do CEPMG demandaria a realização de estudos de situação que abrangessem não só as condições das instalações físicas e os recursos humanos e materiais disponíveis no Colégio, mas também as demais condições estruturais e as características e interesses da comunidade em relação à implantação do projeto. De igual forma, é impositivo verificar se a rede de ensino público na região onde se deseja instalar a unidade do CEPMG possui condições para atendimento com qualidade dos alunos que não manifestarem interesse em participar do projeto", explica a Secretaria de Segurança Pública, por meio de despacho ao governador Marconi Perillo. De acordo com a justificativa, cabe ressaltar que grande parte das unidades em funcionamento ainda apresenta déficit de efetivo policial militar, vez que das 707 Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar (FCEM), criadas exclusivamente para convocação de policiais militares da "Reserva Remunerada" para atendimento das demandas do projeto, apenas cerca de 40% (quarenta por cento), ou seja, 283 (duzentas e oitenta e três) foram preenchidas. (ALEGO, 2018).

1.5- Diferenças entre CPMG e Colégios militares do Exército

Quando falamos colégios militares há sempre uma confusão sobre a qual instituição militar esses colégios estão relacionados. Os colégios estaduais militarizados em Goiás são colégios da polícia, e não do Exército. Quando nos referimos ao termo colégio militar é recorrente pensarmos no exército e na carreira militar, por isso vamos entender essas distinções. A área militar é composta por Aeronáutica, Exército, Marinha e Polícia Militar. No Estado de Goiás, os colégios estaduais militarizados estão sob o comando da Polícia Militar, e não das forças armadas do Brasil, chamado de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB). O SCMB se refere aos colégios sob o comando do Exército brasileiro e a diferenciação entre o sistema de ensino do Exército e da Polícia Militar deve ser entendida, pois são comandos diferentes e, por mais que se aproximem do ponto de vista de serem comandados por pessoas de carreira militar, possuem organizações diferentes bem importantes.

Os colégios integrantes do SCMB destinam-se ao oferecimento da segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio para dependentes dos soldados do Exército e demais dependentes militares. Também são aceitos alunos dependentes de civis interessados em seguir carreira militar, por meio de concurso público para o 6º ano do Ensino Fundamental e para a 3ª série do Ensino Médio. Os CEPMG não estão vinculados ao SCMB. Fazem parte da Rede Pública e são administrados pela Polícia Militar por meio de seu Comando de Ensino, em parceria com as Secretarias da Educação e de Segurança Pública do estado. Seu público é de alunos dependentes de militares, mas também civis e sem a obrigatoriedade de estes seguirem carreira militar. O que mais chama a atenção é que os colégios comandados pelo Exército visam formar profissionais que seguirão carreira militar.

Os colégios da Polícia Militar não possuem esse objetivo. Para ilustrar melhor as diferenças entre esses dois modelos de colégios militares, um sob comando do exército e o outro sob o comanda da Polícia Militar, trazemos o quadro a seguir:

Colégios Integrantes do Sistema de Colégios Militares do Brasil	Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)
São administrados pelo Exército por meio do Departamento de Educação e Cultura – DECEX, órgão responsável pela condução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro.	São administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do seu Comando de Ensino.
Possuem 14 colégios espalhados em diversos estados brasileiros (que oferecem o Ensino Fundamental – II Fase – e Médio) e 10 escolas (preparação exclusiva para as Forças Armadas).	Possuem 46 unidades implementadas em Goiás, segundo atualização de dados em 6 de junho de 2018, junto ao Comando de Ensino da PM de Goiás.
O quadro de professores desses colégios é composto por oficiais do alto escalão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por servidores civis do governo federal.	Os professores são, exclusivamente, civis concursados ou contratados pela Secretaria Estadual de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (Seduc).
Possuem caráter assistencial para dependentes em primeiro grau de oficiais das Forças Armadas Militares do Brasil, mas também atendem alunos dependentes de civis.	Atendem tanto dependentes de civis quanto de militares. Até 2017, existia o estabelecimento de uma quota de 50% para cada uma das categorias de estudantes. A partir de 2018, esse percentual deixou de existir nos documentos oficiais emitidos por esses colégios.
O ingresso se dá por meio de seleção escrita (existe registro de curso preparatório com duração de seis meses para os alunos interessados em concorrer a uma vaga nesses colégios).	Até 2015, o ingresso nesses colégios se fazia por meio de seleção – prova – e/ou sorteio. A partir de 2016, o ingresso de novos alunos ocorre por meio de sorteio.
Além do oferecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, destinam-se à preparação para a carreira militar.	Não se destinam à preparação para a carreira militar, mas ao oferecimento do Ensino Fundamental (oficialmente da II Fase, embora algumas unidades transferidas para a gestão da PM possuam I Fase, oferta que vai sendo gradativamente excluída desses colégios) e do Ensino Médio.
Pertencem à Rede Federal de Ensino, mesmo sendo regidos por leis próprias e específicas do Exército.	Pertencem à Rede Pública Estadual de Ensino, cuja gestão é compartilhada entre as Secretarias de Segurança Pública e da Educação.

Fonte: Ferreira (2018).

1.6- Quem são os alunos dos colégios da Polícia Militar de Goiás

São estudantes que já estavam na instituição antes de os colégios serem militarizados e se adaptaram às mudanças, são os filhos de militares que possuem amparo normativo para ingresso e civis que ingressaram por meio de sorteios. Inicialmente, os CPMG foram criados para atender a filhos de militares, porém, o número de escolas hoje não é condizente com essa demanda e estudam nas instituições tanto dependentes de militares como civis que optaram pelo ingresso ou permaneceram na instituição após a militarização. Os estudantes atendidos nos CEPMG se diferenciam dos demais das escolas geridas por profissionais da Secretaria de Educação de Goiás devido à padronização a qual são submetidos. Essa padronização se refere à farda obrigatória e, mesmo existindo uniformes alternativos, o fato é que o fardamento é condição para estudar em um colégio militarizado, o corte de cabelo, o tênis que tem padrão desde a cor ao modelo, a disciplina rígida típica das instituições militares e o regimento interno padrão de todas as escolas militarizadas.

Como exemplo da padronização citada temos as normas sobre o corte de cabelo masculino:

Art. 271. O corte de cabelo padronizado para os alunos (masculino) é denominado “meia cabeleira”.

§ 1º Entende-se por meia cabeleira o corte em que se usa para a parte inferior (nuca) e lateral do crânio, à máquina n.º 02 (dois); e para a parte superior do crânio a máquina n.º 04 (quatro).

§ 2º O “pé do cabelo” deverá ser feito com o bico da tesoura contornando todo o friso (lateral e nuca) e os acertos deverão ser feitos com a navalha.

§ 3º É proibido o uso de costeletas. Consideram-se costeletas, quando a base do pé do cabelo está abaixo da parte média do trago auricular (saliência cartilaginosa na entrada do ouvido).

§ 4º O corte do cabelo deverá ser feito de quinze em quinze dias ou quando este apresentar tamanho superior ao padrão determinado.

§ 5º É vedado aos alunos do CPMG usar tinturas ou descolorir os cabelos de forma alegórica. (PMGO, 2018).

E, na mesma lógica, temos as normas em relação às meninas:

Art. 272. As alunas do CPMG quando usarem “coque”, este deverá estar coberto com rendinhas ou laços de cor preta ou marrom.

Parágrafo único. O coque do cabelo das alunas deverá ser bem feito, evitando pontas soltas ou mechas caídas. Se necessário usarão gel ou outro produto para sanar o problema em questão.

Art. 273. As alunas do CPMG deverão seguir os padrões de apresentação individual que segue abaixo:

§ 1º o cabelo será classificado dentro do padrão curto, médio ou longo, observando-se o seguinte:

I. curto: quando seu corte alcançar a linha superior da parte posterior da gola da camiseta (3º Uniforme);

II. médio: quando seu corte não ultrapassar mais que 10 cm após a linha superior da parte posterior da gola da camiseta;

III. longo: quando seu corte ultrapassar mais que 10 cm após a linha superior da parte posterior da gola da camiseta.

§ 2º Quanto à utilização devidamente uniformizadas:

I. curto: os cabelos deverão ser presos por presilhas na cor preta ou marrom, de modo que estes não fiquem soltos sobre o rosto;

II. médio e longo: os cabelos deverão ser presos por “coque”, “rabo-de-cavalo”, ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples”, quando a aluna estiver com o 3º uniforme (básico) e 6º uniforme (bata para gestantes), nos termos deste regulamento;

III. Com o 4º uniforme (educação física) e 5º uniforme (agasalho) as alunas usarão os cabelos presos nos padrões de “rabo-de-cavalo” ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples”.

§ 3º Quando a aluna estiver usando o 1º ou o 2º uniforme (túnica branca e marrom) será permitido apenas o “coque”;

§ 4º O Comandante e Diretor determinará o uso do “coque”, “rabo-de-cavalo”, ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples” quando as discentes estiverem usando o 3º uniforme nas atividades diárias do CPMG;

§ 5º As alunas deverão usar somente o “coque”, quando da utilização do 3º uniforme em dias de entrega de alamar e medalha, solenidades, visitas, formaturas, eventos oficiais, representações ou desfiles;

§ 6º O cabelo pode ter franja, desde que a mesma não sobreponha aos olhos, quando estiver sem cobertura e não apareça, quando com cobertura;

§ 7º A rede que deverá prender o “coque”, a liga ou elástico que prenderá o tipo “rabo-de-cavalo” ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples”, bem como grampos e “tic tac” serão na cor preta ou marrom;

§ 8º Em quaisquer ocasiões os cabelos deverão estar arrumados sempre mantidos baixos, de forma que não apresentem rebeldes, evitando pontas soltas ou mechas caídas, bem como armações exageradas e indiscretas (tanto para os cabelos lisos ou crespos). Se necessário usarão gel ou outro produto para sanar o problema em questão. (PMGO, 2018).

1.7- O ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás

Para pertencer ao corpo de discentes do Colégio Estadual da Polícia Militar Goiás (CEPMG) é necessário passar por um sorteio, aberto mediante Edital Público com portaria emitida pelo Comandante-Geral da PMGO, de acordo com o número de vagas existente em cada unidade do CEPMG. Esse concurso tem, basicamente, 3 (três) etapas: a primeira é a inscrição, a segunda, o sorteio, e a terceira é a matrícula dos aprovados dentro do número de vagas.

Inscrição

O ingresso a partir de sorteio está sendo feito desde o último ano, geralmente as inscrições ocorrem a partir do mês de agosto e vão até o mês de outubro. Os requisitos exigidos para a inscrição são: ser brasileiro ou se estrangeiro, estar com permanência regular no Brasil; fornecer cópia legível da certidão de nascimento ou carteira de identidade; fornecer cópia legível da carteira de identidade do responsável; declaração escolar de que está cursando a série anterior à pretendida; cópia do comprovante de endereço.

Sorteio

O sorteio é feito na própria escola, com a presença de todos os inscritos e de seus familiares e também de funcionários da instituição, conforme número de vagas oferecido para cada série.

Matrícula

Após a divulgação do resultado do sorteio, a comissão do concurso divulga a data para a matrícula dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas disponíveis. A matrícula dos alunos novatos acontece sempre após a matrícula dos alunos da casa e alguns documentos também são exigidos. Os principais documentos são: declaração de solicitação de

1.8- As principais diferenças entre os CPMG e demais colégios estaduais de Goiás

Quadro 2 – Diferenças entre os CPMG e demais colégios estaduais de Goiás

CPMG	Colégios Estaduais sob comando apenas da Secretaria Estadual de Educação
A gestão é feita por militares da Secretaria Estadual de Segurança.	Gestão de professores pertencentes à Seduc, eleita pela comunidade escolar.
Possui funcionários no geral, tanto da Secretaria Estadual de Educação como da Secretaria Estadual de Segurança Pública.	Possui funcionários da Secretaria Estadual de Educação.
O ingresso é feito por sorteios, por dependência de militares ou estarem em colégios militarizados.	Todos os alunos podem se matricular.
Há custos com mensalidade, matrícula e material escolar, como a agenda.	Não há custos.
Possui regimento padrão escolar feito pelo comando de ensino da Polícia Militar.	O regimento é feito de acordo com a realidade de cada instituição

Fonte: Quadro elaborado pela autora

1.9- O fardamento

Para efeito de demonstração, segue orçamento feito sobre o fardamento necessário nos colégios militares de Goiás:

Tabela 1 – Orçamento de fardamento para os CPMG

Quant.	Produto	Marca	Valor
01	Placa Nome		28,00
01	Cinto		29,90
01	Luva Ombro Camisa		12,00
01	Luva Ombro da Blusa		12,00
01	Bibico		19,90
01	Meia branca		7,00
01	Meia Social		8,00
03	Bordados		30,00
01	Sapato Masc.	W.S Garrote	129,90
01	Blusa da Farda		99,90
01	Calça Social		74,90
01	Camisa Social CEPMG		74,90
01	Blusa do agasalho		74,90
01	Calça do agasalho		49,90
01	Camiseta CEPMG		34,90
01	Tênis	Puggy	109,90
		TOTAL	806,00
Quant.	Produto	Marca	Valor
01	Placa Nome		28,00
01	Cinto		29,90
01	Luva Ombro Camisa		12,00
01	Luva Ombro da blusa		12,00
01	Bibico		19,90
01	Laço		7,00
01	Meia branca		7,00
03	Bordados		30,00
01	Meia Sapatilha	Trifil 1PAR	6,00
01	Sapato Fem.	Modare	119,90
01	Blusa da farda		99,90
01	Camisa Social CEPMG		74,90
01	Blusa do agasalho		74,90
01	Calça do agasalho		49,90
01	Camiseta CEPMG		34,90
01	Saia Social		74,90
01	Tênis	Puggy	109,90
		TOTAL	801,00
01	Tênis	Bouts	119,90
01	Tênis	Olympikus	139,90
01	Sapato Fem.	Piccadilly	139,90
01	Calça Social Fem.		74,90
Quant.	Produto	Marca	Valor
01	TÚNICA		119,90
01	CAMISA BRANCA		74,90
01	BOINA		94,90
01	GRAVATA	MASCULINA	37,90
01	GRAVATA	FEMININA	29,90
01	LUVAS	PAR	12,00
331,60 FEMININA	339,60 MASCULINA		

Fonte: Elaborada a partir de orçamento feito em loja de uniforme militar.

1.10- A mensalidade

Figura 1 – Comprovante de pagamento ao CPMG

COMPROVANTE

Número: 29669
Data: 27/05/2022
Aluno: [Redacted]
Resp.: [Redacted]
F. Pagto.: [Redacted]
Série: 1ª SÉRIE EM / 1C V

PagBank VIA CLIENTE AUTO PAGUE

Num.Doc	Referente	Valor
222419	Contribuição 1º Ano - 5ª Contribuição - Mai/2022 - 2022	75,00

Valor Total: 75,00
Forma de Pgto.: Cartão Crédito

Assinatura: [Signature]

Autenticação: 8917zfw4jpuw5j
Atendente: JACICLEIA URSÍNIO
Caixa: 3043

Fonte: Foto tirada de comprovante de pagamento de ex-aluno de colégio militar e estudante do colégio pesquisado.

1.11 Semelhanças entre os CPMG e colégios estaduais comandados por professores

Não existem apenas diferenças entre os dois modelos de escolas, há semelhanças também, ou seja, características que aproximam as escolas sob o comando da polícia, em parceria com a Seduc, e as que estão sob o comando exclusivo da Seduc. São elas: tempo de aula, que é o mesmo, assim como o número de aulas, completando uma carga horária obrigatória para cada modalidade de ensino. Os professores de ambas as instituições são profissionais da Seduc, seja por concurso, seja por contrato temporário. Ainda, os documentos curriculares norteadores são os mesmos: a Base Comum Curricular e os Documentos Curriculares de Goiás.

Para avaliação do produto educacional, o material informativo sobre a militarização de colégios públicos em Goiás, foi apresentada uma ficha aos alunos. O produto foi avaliado por 31 alunos, que aceitaram e se dispuseram a fazer a avaliação. Os resultados foram:

Quadro 3 – Avaliação do produto educacional

Perguntas para avaliação	Número de estudantes
O material "Militarização de colégios públicos em Goiás" serviu ao seu propósito de informar sobre como ocorrem as militarizações nos colégios estaduais em Goiás?	Sim - 28 Parcialmente - 03 Não - 00
Você recomendaria esse material para algum colega ou alguém que quisesse saber mais sobre a militarização dos colégios públicos em nosso estado?	Sim - 30 Talvez - 01 Não - 00
O material esclareceu alguma dúvida sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás?	Sim - 19 Parcialmente - 12 Não - 00
O material esclareceu alguma dúvida sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás?	Sim - 30 Parcialmente - 01 Não - 00
O que você acha que pode ser melhorado nesse material?	A linguagem - 00 A redação - 00 O conteúdo - 11 Outro -07 (descrito abaixo) Não responderam - 13
A pesquisadora explicou de forma clara o conteúdo do livro?	Sim - 31 Parcialmente - 00 Não - 00
Você considera importante esse material para estudantes e professores da rede pública de educação de Goiás?	Sim - 31 Parcialmente - 00 Não - 00
Já tinha visto algum material informativo como esse, tratando das militarizações de colégios públicos?	Sim - 27 Não - 04

Fonte: Dados da pesquisa.

No item 5 do instrumento avaliativo, foi perguntado o que os estudantes achavam que poderia ser melhorado. Sete estudantes marcaram outro aspecto melhorado, além dos citados no item. Foram citados redação, linguagem e conteúdo.

Dos sete alunos que marcaram, 4 escreveram que poderiam ter apresentado se a escola que eles estavam seria ou não militarizada; três alunos, além de relatarem que poderiam falar especificamente do colégio que estudavam, escreveram que poderia ter informações de como não permitir a militarização. A seguir, a transcrição de uma resposta: "Deveria ver se nossa escola será mesmo militar e quando será isso. E ter informações de como mudar para não ser. Tem alunos que não podem pagar e tals. Tinha que ter como mudar se a maioria não pode pagar." ¹

A seguir, os registros das aulas dadas com o material informativo que foi impresso e entregue a cada estudante. Coube a nós esclarecer do que se tratava o material, um impresso informativo sobre a militarização de colégios públicos, e, ainda, ler todo material de uma forma dialogada, trazendo informações que obtivemos com a pesquisa e debatendo cada item.

Figura 2 – Registro das aulas com o material informativo



Referências

ALEGO – Assembleia Legislativa de Goiás. **Lei n.º 19.880, de 1º novembro de 2017**. Aprova a criação de dez Colégios Militares. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/89042/aprovada-criacao-de-dez-colegios-militares>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás**: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOIÁS. **Lei n.º 8.125, de 18 de junho de 1976**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 1976. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/86680/pdf>. Acesso em: 7 dez. 2022.

GOIÁS. Portaria PM – GAB n.º 0604, de 19 de novembro de 1998. Ativa o Colégio da Polícia Militar de Goiás e dá outras providências. In: GOIÁS. Polícia Militar de Goiás. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. **O Anhanguera – história da Polícia Militar de Goiás**, ano I, n. I, jan. 1999. Goiânia: Grafopel Gráfica e Editora, 1999.

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás. Comando de Ensino Policial Militar. Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Regimento Interno**. Disponível em: https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/03/regimento_interno.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.